

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata da implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação no Brasil, tendo sido elaborado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

O processo de combate à desertificação no Brasil tem seguido a política de integração de órgãos e entidades que tratam do solo, da flora, da fauna, dos recursos hídricos e da diminuição da pobreza. O resultado aqui apresentado decorre de um amplo processo de coleta de informações, mediante questionários e reuniões nas várias instituições nacionais que de alguma forma lidam com a questão.

O documento apresenta ainda as estratégias e o desenvolvimento de uma base institucional para a implementação da Convenção no Brasil, além de um histórico das ações de combate à desertificação, ressaltando a crescente participação da sociedade civil organizada, de sindicatos, de entidades religiosas e de ONGs no processo de busca de soluções.

Roberto Moreira Coimbra

Ponto Focal Nacional

Brasil

I. Índice

I.	Índice.....	2
II.	Sumário.....	3
III.	Estratégia e Prioridades dos Planos e Políticas de Desenvolvimento Sustentável .	5
III.1.	Introdução.....	5
III.2.	Plano de Desenvolvimento Nacional.....	7
IV.	Medidas Institucionais para a Implementação da Convenção.....	12
IV.1.	Introdução.....	12
IV.2.	Plano Nacional de Combate à Desertificação (PNCD).....	15
IV.3.	Projetos diretamente ligados ao combate da desertificação	18
IV.4.	Resultados não alcançados – A reestruturação do PAN.....	19
IV.5.	Ações para o Desenvolvimento do Nordeste	22
IV.6.	Status da implementação da Convenção nos Estados	27
IV.7.	Aspectos Legais	29
V.	Processo Participativo de Suporte à Preparação e Implementação de Programas de Ação	29
VI.	Processo Consultivo de Suporte à Preparação e à Implementação de Programas de Ação Nacional	32
VII.	Acordos de Parcerias com Países Partes Desenvolvidos e outras Entidades Interessadas.....	44
VIII.	Medidas Tomadas ou Planejadas dentro da Estrutura do Programa de Ação Nacional	32
IX.	Recursos Financeiros Alocados	33
X.	Revisão de Benchmarks e Indicadores Utilizados para Medir o Progresso e uma Auto-Avaliação	35
XI.	Conclusões.....	35
XII.	Referências	36

II. Sumário

Segundo a definição contida na Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação - UNCCD, a área susceptível aos processos da desertificação no Brasil encontra-se situada no chamado “Polígono das Secas” que compreende quase a totalidade do nordeste brasileiro e parte do norte do estado de Minas Gerais, abrangendo uma área de 1.085.000 km², cerca de 13% do território nacional, onde vivem aproximadamente 29 milhões de pessoas¹ (17 % da população do país). O “Polígono” foi definido pela Lei n.º 1.348, de 10 de fevereiro de 1951, por ser uma região sujeita a períodos críticos de estiagens prolongadas, correspondendo a zonas árida, semi-árida e subúmida seca.

Longe de se caracterizar um espaço homogêneo, o Polígono das Secas pode ser apresentado como um “grande mosaico”. Essa diversidade natural comporta práticas de manejo do território marcadas por relações sociais “arcaicas” e “modernas”, incluídas e excluídas, por atividades econômicas tradicionais, de pouca inserção no mercado, com baixo uso de tecnologia em contraste com setores de ponta, oriundos da agricultura irrigada e do setor de turismo. Em ambas situações, as consequências ambientais são graves, caso as atividades sejam conduzidas de forma ambientalmente inadequada. Na agricultura tradicional, baseada no sistema de policultura (principalmente milho e feijão) e pecuária (rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos), a vulnerabilidade às secas é elevada e a situação agrava-se quando o foco recai nos pequenos agricultores ou nos trabalhadores sem-terra.

Os impactos ambientais podem ser observados na destruição da biodiversidade (flora e fauna), na diminuição da disponibilidade e deterioração da qualidade dos recursos hídricos, no assoreamento de rios e reservatórios e na perda física e química dos solos. Todos estes fatores reduzem a capacidade produtiva da terra, diminuindo a produtividade agrícola e, portanto, com consequências danosas sobre a população.

As perdas econômicas causadas pela desertificação também são de grande importância para o Brasil, pois, conforme diagnóstico realizado no ano de 2000 pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, elas podem chegar a US\$ 300 milhões por ano. Os custos de recuperação das áreas mais afetadas alcançam US\$ 3,9 bilhões para um período de 20 anos.

Os prejuízos sociais, resultantes da crescente perda da capacidade produtiva do solo, indicam ser necessário partir para estratégias de integração das políticas públicas, envolvendo, simultaneamente, questões socioeconômicas, político-institucionais, culturais e ambientais.

Apreciando as políticas de desenvolvimento adotadas pelas diferentes esferas e setores de governo na área do Polígono das Secas, a partir do ano de 1994, constata-se o surgimento do pressuposto da sustentabilidade num rol de planos, programas e projetos que mantêm interveniências mútuas com o fenômeno da desertificação. Como ação proveniente da elaboração da Agenda 21 brasileira, foi criada a Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável - CPDS, tendo sido escolhidos seis temas centrais: gestão dos recursos naturais; sustentabilidade na agricultura; sustentabilidade nas cidades; sustentabilidade na infra-estrutura e na integração regional; redução das desigualdades; e ciência e tecnologia.

O Brasil deu início à implementação da Convenção antes mesmo de sua assinatura, em 1994, pelo Governo Federal. O Ministério do Meio Ambiente iniciou os preparativos para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Desertificação, em fevereiro de 1995. O mecanismo utilizado para fomentar a implementação da Convenção

¹ IBGE 2000

e elaboração do Plano Nacional de Combate à Desertificação foi o acordo internacional firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Esse arranjo garantiu, em um primeiro momento, agilidade, independência e possibilidade de manutenção de uma equipe específica para a implementação das ações de combate à desertificação no País. Posteriormente, a essa definição estratégica, iniciou-se um esforço de sensibilização interna no Ministério do Meio Ambiente com o envolvimento de todas as secretarias e órgãos vinculados no processo de elaboração da Política Nacional e do Plano Nacional de Combate à Desertificação.

Como parte da estratégia de implementação da Convenção, foi criada uma rede de divulgação das atividades desenvolvidas pelas instituições participantes. As ações empreendidas geraram inúmeros resultados, dentre eles a aprovação, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, das Diretrizes para a Política Nacional de Controle da Desertificação.

O processo de implementação da Convenção conta, ainda, com a participação de outros importantes parceiros internacionais e nacionais, tais como a Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas - FAO, o escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD em Nova York, o Secretariado da Convenção, a Sociedade de Cooperação Técnica Alemã - GTZ, o Banco do Nordeste, o Ministério da Educação, a Superintendência para Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido da EMBRAPA e a Fundação Joaquim Nabuco. Nos últimos anos, o processo de implementação da Convenção obteve o imprescindível apoio do Mecanismo Mundial da CCD, o que facilitou a obtenção de recursos em 2002, para a elaboração da atualização do Programa de Ação Nacional - PAN (antigo PNCD), bem como da Cooperação Holandesa que disponibilizou, por meio do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA, recursos para o Edital nº 08/2001 de combate à desertificação. O Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT possibilitou a inclusão da desertificação no elenco de áreas temáticas apoiadas pelo Fundo Setorial de Recursos Hídricos - CT-HIDRO e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) está lançando o Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, parceria entre o Banco Mundial - BIRD e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag.

Na sociedade civil organizada, destaca-se a Articulação do Semi-Árido - ASA, que nasceu por ocasião da COP III e que congrega diversas ONGs em um grupo atuante nas mais diversas linhas do combate à desertificação, inclusive coordenando a implementação do Programa Um Milhão de Cisternas.

Cabe ressaltar o importante esforço realizado pelos estados do Nordeste na elaboração de suas políticas estaduais de combate à desertificação e a implementação de diversas outras ações relacionadas ao tema, bem como as ações empreendidas pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste, no financiamento de projetos ambientalmente sustentáveis.

A preocupação governamental no combate à desertificação, ainda que inicialmente tenha sido acanhada, começa a tomar vulto. Sobressaem-se ações de mitigação dos efeitos da seca e de convívio com as condições climáticas, a atenção especial dada aos municípios com baixo IDH (índice de desenvolvimento humano), as ações relacionadas ao aumento da disponibilidade de água para as comunidades carentes e as ações integradas de desenvolvimento em mesorregiões.

Os resultados e o estágio atual de implementação da Convenção e do Plano Nacional apontam para a necessidade de novas estratégias e ações, aproveitando a maior conscientização da necessidade de condução das questões ambientais e o maior envolvimento da sociedade nas ações de cunho ambiental. A crescente efetividade da implementação dos instrumentos da política ambiental brasileira deverá garantir um

conjunto consistente e efetivo de resultados de curto, médio e longo prazo. Entende-se que a implementação da Convenção passa pela condução conjunta das ações de controle da desertificação e de mitigação dos efeitos da seca, pela determinação dos impactos da desertificação na economia, no ambiente (solos, água, biodiversidade) e na sociedade e pela coordenação das ações de combate à desertificação realizada pelos diversos atores atuantes na temática.

III. Estratégia e Prioridades dos Planos e Políticas de Desenvolvimento Sustentável

III.1.Introdução

O federalismo no Brasil tem assumido contornos diferenciados relacionados com as etapas históricas e com os movimentos de transformação da economia e da sociedade. O conceito de federalismo traz implicitamente, noções como descentralização político-administrativa e democratização da gestão pública. A Constituição de 1988 representa, nesse sentido, um marco importante, contendo fortes princípios descentralizadores em várias políticas, inclusive na ambiental. Desta forma, o Governo tem procurado conduzir as questões ambientais da forma mais descentralizada e participativa, aplicando aquele conceito e crendo que este é o caminho para a obtenção de soluções mais rápidas e econômicas para os problemas ambientais. Cabe ressaltar que constitucionalmente a tarefa de proteger o meio ambiente e combater a poluição é da União, dos Estados Federados, dos municípios e da sociedade. O Brasil tem obtido bastante êxito na solução de problemas ambientais adotando a descentralização como forma estratégica para efetiva participação da sociedade na solução dos seus problemas.

Exemplo bem sucedido desta prática são os recentes Comitês de Bacias Hidrográficas, organismos inseridos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SNGRH, compostos por representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal, dos usuários de água e das entidades civis de recursos hídricos com atuação na bacia hidrográfica. Tais Comitês têm a competência de promover os debates relacionados aos recursos hídricos na bacia, arbitrar em primeira instância sobre conflitos relacionados aos recursos hídricos, aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia, acompanhar sua execução, estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso da água, sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água e estabelecer critérios de rateio de custo das obras de uso múltiplo a serem realizadas naquela bacia hidrográfica.

A exemplo do que ocorre na área de recursos hídricos, a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, cuja composição reflete bem a descentralização almejada.

Um vasto aparato legal e o desenvolvimento de uma consistente base institucional têm servido de base para a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente. São apresentados, a seguir, alguns dos principais dispositivos legais vigentes do País, inclusive alguns específicos para o Polígono das Secas.

- **Constituição Federal, Art. 23** – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII– preservar as florestas, a fauna e flora.

- **Constituição Federal, Art. 225** - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do **meio ambiente**, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o **meio ambiente**;

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao **meio ambiente** sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do **meio ambiente**, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

- **LEI Nº 1.348**, de 10 de fevereiro de 1951 – Dispõe sobre os limites do Polígono das Secas , e dá outras providências;
- **LEI Nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- **LEI Nº 9.433**, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e dá outras providências;
- **LEI Nº 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- **LEI Nº 9.795**, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

A constituição reza, ainda, que compete a União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, assim como, planejar e promover a defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente **secas** e inundações (Art. 21). Para fins administrativos, a União poderá articular sua ação em um complexo geo-econômico e social, **visando a seu desenvolvimento** e à **redução das desigualdades** regionais. Desta forma, se dará prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas e represáveis nas **regiões de baixa renda**, sujeitas às **secas** periódicas (Art. 43). Será priorizada, também, a irrigação na **região semi-árida nordestina** com cinquenta por cento dos recursos orçamentários para o período compreendido entre os anos de 1988 e 2003 (ADCT - Art. 42).

No que se refere ao desenvolvimento da base institucional, os esforços de promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil foram institucionalizados por ocasião da promulgação da Lei Nº 6.938 que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Essa política tem como objetivos preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, assegurar condições do desenvolvimento socioeconômico e proteger a dignidade da vida humana. Essa Lei instituiu o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, que atualmente é constituído pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, órgão consultivo e deliberativo, pelo o Ministério do Meio Ambiente - MMA, órgão central, pelo IBAMA, órgão executor e por órgãos setoriais, seccionais e locais. Esses esforços possibilitaram a criação, em 1985, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - MDU ao qual se vincularam o CONAMA e a Secretaria Especial de Meio Ambiente – SEMA. Com a criação do Instituto Brasileiro de Meio

Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 1989, juntou-se em um único órgão a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha - SUDHEVEA, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE. Naquela data foi também instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA. Com a criação da Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – SEMAM-PR, em 1990, o IBAMA passou a estar vinculado àquele órgão. Finalmente em 1992, os esforços para a institucionalização da questão ambiental no Brasil, deram origem à criação do Ministério do Meio Ambiente – MMA, que herdou as atribuições da SEMAM-PR.

III.2.Plano de Desenvolvimento Nacional

III.2.1 Estratégia de conservação nacional

Somando às iniciativas de gestão das políticas públicas brasileiras, o incentivo dado pelas políticas globais tem sido de vital importância para a recondução dos processos do desenvolvimento.

A história da conscientização da conservação dos recursos ambientais como ponto fundamental para a preservação da vida evoluiu paulatinamente, tendo sido marcada por diversos encontros e conferências que almejaram uma solução para os crescentes problemas ambientais do planeta, percebidos e discutidos de forma mais enfática a partir da década de sessenta pelos países desenvolvidos. A polarização entre países industrializados e não-industrializados, durante a realização da primeira grande conferência internacional sobre meio ambiente em 1972, a Conferência de Estocolmo, refletia o início da discussão de um tema que marcou os encontros posteriores: Como promover o desenvolvimento econômico sem degradar o meio ambiente? No transcorrer de quase duas décadas após aquela Conferência, observou-se uma mudança paulatina quanto à percepção do mundo em relação aos problemas ambientais, que abriu espaço para a Conferência de Nairobi (1977) e que induziu a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Estando em observação os níveis demográficos e a conservação dos recursos naturais pleiteava-se a reorientação da tecnologia no sentido de reduzir seu impacto ecológico e a incorporação de critérios ambientais nas decisões econômicas. Em 1987, o relatório Nosso Futuro Comum elaborou o conceito de desenvolvimento sustentável, que seria atingido pela retomada do crescimento e melhor distribuição de seus beneficiários, pela racionalização do uso de energia e o atendimento das necessidades básicas das populações. Na década seguinte, em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) publicou, como um de seus importantes resultados a Agenda 21, documento este que consagra os mais elevados princípios para a obtenção do desenvolvimento sustentável, e que “reflete um consenso mundial e um compromisso político no nível mais alto no que diz respeito a desenvolvimento e cooperação ambiental.”

Baseado nesse movimento de conscientização e da política ambiental global, está em elaboração a Agenda 21 Brasileira, e o país tem reorientado seus mecanismos de ação para o exercício de atividades que contribuíam para um desenvolvimento sustentável, que leve em consideração equidade, geração de renda, conservação dos recursos naturais, combate à pobreza e a atenção especial aos municípios de baixo IDH, posições estas contempladas na Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação.

Neste sentido, foi criado em 2000 o Programa Avança Brasil, baseado no Programa de Governo apresentado nas eleições de 1998 e no estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. A regionalização do programa para implementação de políticas públicas é dada por vários critérios como: bacias hidrográficas, biomas, relevo, cultura, etc. O Avança Brasil é composto de 392 Programas dos quais 52 são considerados estratégicos. Os programas estratégicos receberam em 2001 o montante de R\$ 67,2 bilhões, dos quais 83% foram destinados a área social. Além desses programas foram desenvolvidos planos de ação integrada para a solução de problemas complexos. Esses planos têm como objetivo a coordenação de esforços e recursos federais, estaduais, municipais e da sociedade. Exemplos de planos de ações integradas com clara repercussão no combate à desertificação são os Projeto Alvorada e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas que serão descritos no próximo item. O programa Avança Brasil é composto por projetos prioritários cujas ações e orçamentos são definidos no PPA - Plano Plurianual de Governo, e reavaliados dentro dos macro-objetivos da presidência, incluindo, entre outros, o combate à desigualdade e a pobreza.

Em razão disso, o Governo Federal tem assegurado recursos financeiros para programas e projetos prioritários dentro de uma política pró-renda tanto regional quanto individual. Apreciando as políticas de desenvolvimento adotadas pelas diferentes esferas de governo nos domínios do Polígono da Seca, a partir do ano de 1994, constata-se o surgimento dos pressupostos da sustentabilidade num rol de planos e ações que mantêm interfaces com o combate ao fenômeno da desertificação e à mitigação dos efeitos da seca. Estes programas e ações serão apresentados posteriormente neste documento.

III.2.2 Planos e estratégias relevantes ao combate à desertificação em outras áreas

O desenvolvimento brasileiro reflete a crescente preocupação com o meio ambiente, migrando paulatinamente de uma gestão ambiental norteadada pelo paradigma da “fronteira econômica”, para outro mais recentemente, norteadado pelo paradigma da “gestão de recursos” e alinhado com os princípios do desenvolvimento sustentável. Num primeiro momento, instituiu-se uma política desenvolvimentista, em consonância ao movimento mundial da revolução verde, pouco preocupada com a conservação dos recursos naturais, inclusive com o fomento a programas e projetos que contribuíram para a degradação ambiental e para a aceleração dos processos de desertificação. Aquelas práticas, comuns nos anos 70 e 80, foram acertadamente criticadas no período de discussões que antecedeu a Rio-92 e após a assinatura da Agenda 21.

Observa-se, mais recentemente, uma nítida evolução para um momento de maior conscientização, dando origem a políticas apropriadas às questões ambientais e programas, como o Proágua Semi-Árido, cujos objetivos refletem claramente os preceitos do desenvolvimento sustentável. O estabelecimento de parcerias para a promoção do desenvolvimento sustentável também se multiplica, a exemplo da formação do Consórcio ZEE Brasil, estabelecido entre o IBAMA, IBGE, EMBRAPA, CPRM, INPE e ANA, para a

realização do zoneamento ecológico-econômico em todo o território nacional. Ações como essa refletem a intenção governamental de adotar um modelo de gestão dos recursos naturais enfocando a parceria entre setores usuários, a mobilização social, a sensibilização dos agentes envolvidos e a busca de um processo decisório cada vez mais descentralizado.

Algumas iniciativas devem ser ressaltadas acerca dos programas e ações mais abrangentes implementados no semi-árido que possuem interfaces com os princípios da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação. Essas atividades dentro de um universo tão carente contribuem para o desenvolvimento sustentável da região, sejam de promoção do desenvolvimento econômico, de manejo do meio ambiente ou de assistência social.

- O **Programa Alimentação Saudável** do Ministério da Saúde consiste de um mecanismo que abrange todo o território nacional na elaboração, implementação e avaliação do impacto das atividades das condições nutricionais da população brasileira, em conjunto com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Por meio deste Programa, a ação **Bolsa Alimentação** tem a finalidade dar assistência financeira às famílias carentes com renda inferior a meio salário mínimo (hoje R\$ 100,00) per capita, para gestantes, mães amamentando e crianças de zero a seis anos, equivalente a valores entre R\$ 15,00 e R\$ 45,00 por mês. Na região do semi-árido, o Governo Federal, até dezembro de 2001 beneficiou 5.127 municípios, atendendo, aproximadamente 880.000 crianças, gestantes e idosos. A meta para o ano de 2002 é de que o programa atenda a 1.106.889 beneficiários.

- No âmbito do **Ministério da Educação**, com atuação em 1.143 municípios castigados pela seca, é implementado o **Programa Educação de Jovens e Adultos**. Como ações do Governo Federal estão o **Recomeço – Supletivo de Qualidade** e a **Alfabetização Solidária** que têm como objetivo reduzir os índices de analfabetismo entre jovens e adultos. Além deste, o **Programa Toda Criança na Escola** remunera de R\$ 15,00 a R\$ 45,00 por mês as famílias com renda inferior a meio salário mínimo e as famílias com filhos com idade entre sete e quatorze anos através da ação **Bolsa-Escola**. O objetivo básico é exigir das famílias a manutenção da criança na escola. Por meio desta ação, estão sendo beneficiadas na região do semi-árido, aproximadamente 2,6 milhões de crianças, auferindo um desembolso do Governo Federal da ordem de R\$ 38.844,230,00.

- Os Programas do Governo Federal que permitem o desenvolvimento econômico no semi-árido estão bastante integrados aos Programas Sociais, sendo preocupação do **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** a busca constante do Desenvolvimento Sustentável, que considera conjuntamente as vertentes, social, econômica e ambiental. Dentre os Programas de Governo que buscam a sustentabilidade no semi-árido, destacam-se os seguintes: **Desenvolvimento da Região Nordeste, Jovem Empreendedor, Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Desenvolvimento da Fruticultura – PROFRUTA, Proágua-Gestão, Águas do Brasil e Proágua Infra-Estrutura**, que colaboram direta ou indiretamente com controle da desertificação e com a mitigação da pobreza e dos efeitos da seca.

- O **Programa Desenvolvimento da Região Nordeste** do Ministério da Integração Nacional, é oriundo da reformulação do **Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP)**, vigente de 1986 a 1993, que veio a ser subdividido em **Projeto de Apoio Comunitário - PAC** e **Fundo Municipal de Apoio Comunitário – FUMAC**. O Programa prioriza o provimento de infra-estrutura às camadas mais pobres das comunidades rurais:

eletrificação, abastecimento d'água (poço, açude, chafariz, rede de distribuição), mecanização agrícola (trator, beneficiamento primário) e equipamentos de uso coletivo (prédio escolar, posto de saúde, centro social, posto telefônico).

- O **Programa Jovem Empreendedor** do Ministério da Integração Nacional, objetiva a organização e a capacitação do jovem rural, por meio do **Projeto Amanhã** da CODEVASF, onde mais de 7.000 jovens já foram capacitados em atividades profissionais e educação ambiental. Esta Ação conta com recursos do orçamento federal no valor de R\$ 800.000,00 para aplicação no ano de 2002. A área de atuação do Projeto é de 900.000 km² e abrange os estados de Minas Gerais, Bahia, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

- O **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF** do Governo Federal tem estabelecido parcerias com a sociedade rural organizada e com agentes financeiros como estratégia de implementação. Através da ação denominada **Seguro-Renda**, o PRONAF remunera em R\$ 90,00 por mês as famílias com renda mensal aproximada de R\$ 70,00 que não tenham condições de honrar seus compromissos financeiros com o PRONAF em decorrência da perda da safra provocada por condições climáticas adversas. Para 2002, esta ação obteve dotação orçamentária de R\$ 253.300.000,00.

- O **Programa Bolsa-Renda** que tem por objetivo remunerar as famílias carentes atingidas pela seca na região do nordeste. Esse programa tem caráter sazonal, e foi instituído por seis meses visando reduzir a migração de milhares de nordestinos às grandes cidades. Estendeu-se até fevereiro de 2002 quando os agricultores iriam iniciar a colheita da primeira safra. O valor do repasse era de R\$ 60,00 e atendeu a aproximadamente 4.420.000 famílias num total gasto de 325.140.000,00.

- O **Programa Desenvolvimento da Fruticultura – PROFRUTA** do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento objetiva, através da ação **Inovação Tecnológica para a Fruticultura Irrigada no Semi-árido Nordestino**, a geração de inovações tecnológicas que promovam o aumento da produtividade e da competitividade da fruticultura irrigada do semi-árido. Esta ação teve uma execução financeira de R\$6.871.160,00 em 2001 e dotação orçamentária de R\$ R\$ 3.789.000,00 para 2002.

- O **Programa ProÁgua Infra-estrutura** tem a finalidade, por meio da ação **ProÁgua Semi-árido** do Ministério da Integração Nacional, de melhorar as condições socioeconômicas da população nordestina por meio da geração de empregos, aumento da renda e da oferta de serviços sociais, o aproveitamento racional dos recursos naturais e a recuperação dos sistemas ambientais degradados. Esta ação teve uma execução financeira de R\$ 8.032.827,00 em 2001 e dotação orçamentária de R\$ 20.625.480,00 para 2002.

- O **Programa ProÁgua-Gestão** do Ministério do Meio Ambiente, é implementado pela Agência Nacional de Águas - ANA, tendo no seu escopo medidas de combate à desertificação no semi-árido através da ação **Estudos para a Disponibilização de Água Bruta no Semi-Árido**. Em 2002, duas novas ações foram implementadas para fortalecer o objetivo do programa de garantir a oferta de água de boa qualidade, quais sejam: **Monitoramento de Recursos Hídricos no Semi-Árido** e **Fomento a Projetos Para Prevenção dos Impactos das Secas e Enchentes**, com orçamento totalizando R\$ 26.188.000,00 para 2002.

- Outro Programa implementado pela Agência Nacional de Águas é o **Programa Águas do Brasil** que, através da ação **Projetos para Minimização dos Impactos de Seca e Combate da Desertificação**, obteve dotação orçamentária de R\$ 12.839.017,00 para 2002.

- O **Programa de Expansão e Consolidação do Conhecimento Científico e Tecnológico**, desenvolvido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, tem por objetivo, por meio do Projeto Xingó, apoiar o desenvolvimento da região do Xingó através de transferências de tecnologia para as áreas de emprego e renda, preservação ambiental, recursos hídricos e energéticos e atividades culturais. A região abrange uma área de 608.000 ha, comportando 29 municípios situados nos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, sendo que 40.293 km² no semi-árido nordestino. Esse programa aplicou no período de 1997/2001 cerca de R\$ 3.506.000,00 e, em 2001, teve uma execução financeira de R\$ 1.612.193,00. Para 2002 há dotação orçamentária de R\$ 3.000.169,00.

- O **Projeto Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária no Semi-Árido do Nordeste, Projeto Dom Helder Câmara - PDHC**, objetiva promover o desenvolvimento sustentável para os assentamentos da reforma agrária no semi-árido do Nordeste e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos produtores de base familiar e dos assentados da reforma agrária. Conta como parceiros o Ministério do Meio Ambiente, a EMBRAPA, a Universidade de Pernambuco, o SEBRAE, e outros Centros Universitários e de Pesquisa, a CONTAG, uma série de ONGs, AS-PTA, Diaconia, Caatinga, Casa da Mulher do Nordeste, IRPAA e a ASA. O Programa tem diversos projetos com ações destinadas diretamente às famílias dedicadas à agricultura de base familiar no semi-árido. Objetiva investir nos próximos seis anos, cerca de R\$ 200 milhões de reais. Esses recursos serão aplicados nas áreas de educação, capacitação, geração de conhecimentos, crédito para a produção e novas metodologias e tecnologias.

- Os **Programas de Desenvolvimento Sustentável das Mesorregiões Diferenciadas** do Ministério da Integração Nacional. Aplicáveis em mesorregiões, considerando as atividades produtivas e de cooperação e com o objetivo do desenvolvimento regional com equidade e sustentabilidade. Foram propostos os seguintes programas na região susceptível à desertificação: da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras, da Mesorregião do Xingó, da Mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina, da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, da Mesorregião da Chapada do Araripe e especialmente, o Programa da Mesorregião do Cristalino.

A **Comissão Setorial Extraordinária de Convívio com a Seca e Inclusão Social** que será tratada no item quatro é a iniciativa específica para mitigação dos efeitos da seca. Outros esforços feitos pelos estados, pelo congresso nacional, pelas ONGs e instituições de pesquisas, para o semi-árido, também serão descritos no mesmo item.

Para elaboração desse informe, o grupo de trabalho responsável pelo documento fez a coleta de informações de algumas das iniciativas em curso no semi-árido. Nesse primeiro esforço não existiu a pretensão de abarcar todas as ações, que são muitas, mas de dar o passo inicial para a organização deste conhecimento.

De fato ainda existe um longo caminho institucional a ser percorrido para que o país possa incorporar verdadeiramente a luta contra a desertificação em suas políticas e programas setoriais. Mesmo assim, os primeiros passos já foram dados como podemos constatar na proposta de uma visão transdisciplinar, multisetorial e sinérgica, evitando

dispersão de gastos e promovendo ações mais bem coordenadas nos grandes programas governamentais.

Nesse contexto, podemos novamente ressaltar na área social o **Projeto Alvorada** que envolve 14 instituições e 6 ministérios, e que reúne 11 projetos, a saber: alfabetização solidária, apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental, apoio ao ensino médio, programa nacional de bolsa escola, programa de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, água na escola, programa nacional de geração de emprego e renda em áreas de pobreza, programa de energia das pequenas comunidades, agente jovem, programa de erradicação do trabalho infantil e infra-estrutura turística. Esse programa é aplicado nos municípios de IDH abaixo de 0,5, situação de quase todos os municípios incluídos no polígono das secas. O objetivo maior do projeto é lutar contra a desigualdade social, melhorar a qualidade de vida das pessoas e regiões pobres do Brasil, construir um país mais próspero e mais justo.

IV. Medidas Institucionais para a Implementação da Convenção

IV.1. Introdução

Como ponto de partida para o planejamento das ações de combate à desertificação no Brasil, foi realizado o levantamento das áreas susceptíveis e afetadas pelo processo da desertificação. O levantamento identificou três categorias de susceptibilidade (muito alta, alta e moderada) e quatro de ocorrência (muito grave, grave,

moderada e Núcleo de Desertificação). Os estudos indicam que a área afetada de forma muito grave corresponde a 98.595 km², cerca de 10% da região semi-árida, e que 81.870 km² estão afetados de forma grave. Observa-se que o fenômeno afeta mais gravemente a região central da área susceptível, tornando-se mais moderada a medida que caminha para os limites da região. As áreas susceptíveis e de ocorrência são apresentadas nas figuras 01 e 02 a seguir.



Figura 01- Áreas susceptíveis à desertificação no Brasil

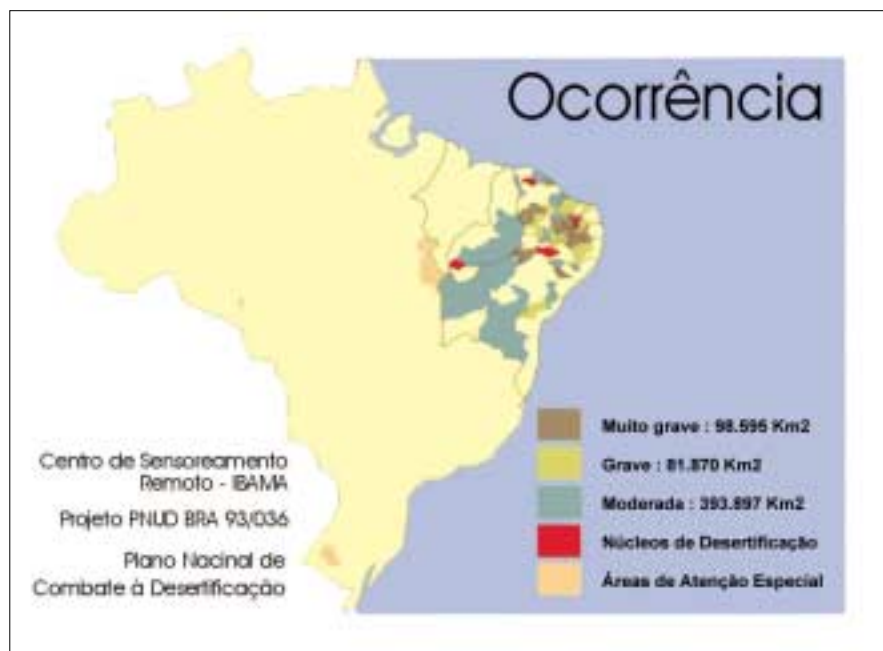


Figura 02 - Ocorrência da Desertificação no Brasil

A densidade demográfica das áreas susceptíveis ao processo da desertificação no Brasil é de 20 hab/km², não sendo alta se comparada com a média nordestina de 28 hab/km², contudo, tomando por base outras regiões semi-áridas no mundo, apresenta-se como uma das mais densamente habitadas do planeta.

Do ponto de vista das características físicas da região semi-árida, cerca de 50% dos seus solos são de origem cristalina, caracterizando aquíferos com baixa capacidade de retenção de água, os demais 50% são terrenos sedimentares caracterizados por boa capacidade de armazenamento de águas subterrâneas. As feições do relevo refletem a dinâmica climática e estrutural, e apesar de predominar grandes extensões ressecadas, observam-se significativas áreas ocupadas por serras e vales úmidos.

No que diz respeito aos recursos hídricos superficiais da região, ressalta-se o fato de que rios de importância nacional, como o caso do São Francisco e o Parnaíba, compartilham parte de suas bacias hidrográficas com o semi-árido. Entretanto, muitos dos corpos de água da região, são caracterizados por regime intermitente, ou seja, registram vazões apenas na época mais úmida do ano. Ainda assim, esses cursos de água, desempenham um papel fundamental na dinâmica de ocupação das bacias hidrográficas da região, em decorrência da prática de construção de açudes, cisternas e outras tecnologias adaptadas que possibilitam o acúmulo e conservação da água para sua utilização no período de estiagem.

Além do acúmulo de águas superficiais em reservatórios, cresce a utilização de tecnologias para captação de água da chuva, para utilização das águas subterrâneas, para dessalinização de águas salobras, para a revitalização de microbacias através da construção de barragens subterrâneas e de contenção de sedimentos, entre outras.

Nesse cenário, foram marcantes, principalmente até a década de 80, as migrações inter-regionais como alternativa à falta de sustentabilidade para a população mais vulnerável no semi-árido, sendo que, nos últimos anos e nas últimas secas, tem sido registrado um fluxo maior para as cidades de porte médio da região. Ficam patentes a desestruturação das unidades familiares, diante da impossibilidade de sobrevivência nos períodos de seca, e a ineficiência das ações, historicamente baseadas em medidas emergenciais e políticas setoriais, tornando patente a necessidade de priorização de

políticas públicas integradas, com objetivos simultâneos nas áreas socioeconômica, político-institucional, cultural e ambiental.

Em relação à desertificação o tema foi objeto de consideração por parte de ONGs e do MMA por meio do acordo de cooperação assinado com o PNUD em 1993. Esse acordo resultou no estabelecimento de diversas parcerias com os setores comprometidos, objetivando a promoção do desenvolvimento de forma ambientalmente sustentável.

A primeira iniciativa em âmbito nacional foi a realização da Conferência Nacional e Seminário Latino Americano sobre Desertificação - CONSLAD, como parte do processo de preparação do governo brasileiro para a negociação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Naquela oportunidade, diferentes instituições e agências nacionais e internacionais foram participantes na promoção do evento, incluindo a FAO, o PNUD, o BID, o Secretariado da CCD e outras instituições nacionais.

O Brasil assinou a Convenção em 14 de outubro de 1994 e a ratificou em 12 de junho de 1997. Em 22 de dezembro do mesmo ano o Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA aprovou, por meio de sua resolução nº238, as Diretrizes para a Política Nacional de Controle da Desertificação, resultado dos esforços de implementação do Plano Nacional de Combate à Desertificação - PNCD.

IV.2. Plano Nacional de Combate à Desertificação (PNCD)

As ações implementadas no âmbito do Ministério do Meio Ambiente tiveram de início seu desenvolvimento atrelado ao acordo internacional firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, instituição internacional que teve papel importante no estímulo aos governos nacionais para a adoção da temática em suas políticas públicas, incentivando a inclusão do tema nas prioridades das agendas nacionais. No ano de 1993, as ações contra a desertificação foram abrigadas no projeto BRA 93/036, acordo de cooperação com o PNUD.

Os preparativos para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Desertificação - PNCD se iniciaram em fevereiro de 1995, por meio do projeto BRA 93/036. O Ministério do Meio Ambiente adotou esse caminho pelo fato de iniciar o trabalho já com uma perspectiva de cooperação internacional, incorporando a participação de uma organização não-governamental, a Fundação Grupo Esquel do Brasil – FGEB, por recomendação da Convenção. A estratégia fundamentava-se na possibilidade de criação de um grupo técnico para coordenar o trabalho, imprimindo a agilidade necessária às ações, o que não seria possível de outra forma, devido às restrições de contratação do serviço público.

O Projeto BRA 93/036 manteve-se operacional até o início do ano 2000, quando se iniciou um processo de reestruturação, com ênfase voltada à atualização de um Programa de Ação Nacional – PAN e para descentralização da implementação da Convenção.

IV.2.1 Estratégia de implementação

A implementação das atividades previstas pelo PNCD ressaltou o papel estratégico do Ministério do Meio Ambiente enquanto órgão pertencente ao Núcleo Estratégico do Governo. O Ministério, seguindo as diretrizes da Reforma do Aparelho do Estado, procurou atuar na sua função de formulação e fiscalização da implementação das políticas ambientais, direcionando às entidades competentes as ações de implementação destas políticas.

A metodologia utilizada para a elaboração do PNCD teve como pressuposto básico um trabalho de consulta às sociedades locais. Foi, portanto, um trabalho participativo onde as demandas locais emergiram fortemente, exigindo respostas imediatas por parte do Ministério. Constatou-se na ocasião, a inexistência de instrumentos institucionais e de recursos humanos no nível local, que pudesse dar suporte às ações de controle da desertificação por parte do poder público e da iniciativa privada. Outra evidência foi a descapitalização do pequeno agricultor, impedindo a absorção dos custos de manejo adequado e de recuperação das áreas degradadas. Optou-se, assim, por atuar em dois sentidos. O primeiro deles diz respeito ao cumprimento do que foi estabelecido na Convenção da Desertificação, onde a participação das comunidades locais deveria ser estimulada desde o início da elaboração dos programas nacionais. O segundo dizia respeito ao fato de que o processo de elaboração das políticas de controle da desertificação já havia identificado os componentes da política a serem implementados em caráter emergencial, requerendo ação imediata por parte do Governo Federal. Estas ações incidiram, inicialmente, no campo do fortalecimento institucional do Ponto Focal, que estava situado no Gabinete do Ministro.

Desta forma, o Ministério do Meio Ambiente, no processo de preparação da Política Nacional de Controle da Desertificação e do Plano Nacional de Combate à Desertificação procurou desenvolver uma série de atividades voltadas para a implementação de políticas de fortalecimento institucional do próprio Ministério, assim como das instituições e comunidades nas áreas afetadas, onde a atuação municipal deveria ser compatibilizada com o apoio necessário advindo dos governos estaduais.

A proposta teve também, como um de seus componentes, o fortalecimento da atuação do Ministério do Meio Ambiente junto aos agentes financeiros de desenvolvimento e a outros órgãos setoriais do Governo Federal que atuam em áreas afins.

Durante o processo inicial de execução das ações previstas na Assistência Preparatória, foi criado um Grupo Consultivo do PNCD, composto por várias instituições da sociedade civil, como ONGs e entidades sindicais. Este Grupo se reuniu por duas vezes e apresentou várias sugestões de encaminhamento para o PNCD, além de ter contribuído muito positivamente para o sucesso das visitas de campo e da mobilização das comunidades locais com vistas à realização das consultas.

A estratégia foi complementada com a descentralização da execução das ações prioritárias, que se deu através da incorporação ao processo de outras agências governamentais e não-governamentais que, usando suas capacidades e especialidades, poderiam coordenar diretamente algumas das ações previstas.

Posteriormente, à definição das estratégias, iniciou-se um esforço de sensibilização interna no Ministério. Essa iniciativa objetivou o envolvimento de todas as secretarias e órgãos vinculados ao Ministério, no processo de elaboração da Política Nacional e do Plano Nacional de Combate à Desertificação, resultando na formação de uma Comissão de Apoio ao Plano Nacional de Combate à Desertificação, embrião para uma futura Comissão Nacional. A comissão interna funcionou durante o ano de 1996 e parte de 1997, sendo que a Comissão Nacional não foi formada. A não concretização da Comissão naquele momento diminuiu o ritmo do processo de institucionalização do combate à desertificação e a conseqüente internalização do conceito nos diversos atores governamentais. Contudo se reconhece como fator positivo o processo de formação da equipe técnica de apoio que atuou nas visitas de campo, garantindo uma abordagem verdadeiramente interdisciplinar da desertificação, e também o caráter multi-institucional que permitiu uma ampla divulgação do tema dentro das instituições, melhorando o ambiente para futuras parcerias.

Deve-se considerar ainda que a questão da disponibilidade de recursos financeiros sempre foi fator restritivo para o desenvolvimento das ações do PNCD. Os ingressos financeiros do projeto para o período de 1995 a 1998 foram de US\$ 530.110,58. Nos anos de 1999 e 2000, não foram transferidos recursos ao Projeto. Para o período 94/96 houve uma crescente aplicação de recursos do Governo Federal no controle de erosões, secas e enchentes, identificando-se montantes que passaram de R\$ 35,7 milhões em 1994 para R\$ 97,5 milhões em 1996. Cabe lembrar que os anos de 1990 a 1993 foram marcados por secas e os anos de 1994 e 1995 por excesso de chuvas e conseqüentes inundações em diversas capitais do Nordeste, podendo-se concluir, com certa segurança, que a maior parte dos recursos foram direcionados ao controle das secas e inundações. Já os recursos destinados ao controle de erosão, implementados pelo Ministério da Agricultura, não somaram mais do que R\$ 500.000,00 para o mesmo período conforme informação obtida junto ao Programa Nacional de Conservação de Solo e Água.

IV.2.2 Resultados gerais alcançados

- Diretrizes para a Política Nacional de Controle da Desertificação, documento aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, resolução nº238 de 22 de dezembro de 1997.

Estudos Básicos:

- Diagnóstico - mapas de susceptibilidade e ocorrência, área e população atingida;
- Documento com avaliação de toda a produção acadêmica sobre o assunto (estudos e dados existentes sobre desertificação no Brasil);
- Diagnóstico Ambiental das áreas susceptíveis à desertificação;
- Avaliação geral do sistema de conservação no semi-árido;
- Identificação e avaliação das experiências bem-sucedidas de gerenciamento da seca, manejo e conservação de recursos naturais e produção agropecuária sustentável;
- Guia metodológico para o desenvolvimento sustentável no semi-árido (Manual de Planejamento);
- Proposta de sistema integrado de monitoramento do processo de desertificação.

Material de sensibilização e capacitação:

- Edição brasileira da Convenção das Nações Unidas de Luta contra a Desertificação;
- Anais da I Conferência Latino-americana da Desertificação – CONSLAD;
- Desertificação: Caracterização e Impactos;
- Cartilha sobre Desertificação;
- Folder;
- Diretrizes para a Política Nacional de Controle da Desertificação;
- Edição de Selo Comemorativo ao Dia Mundial de Luta contra a Desertificação.

Acordos e Convênios:

- Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Nordeste, para o desenvolvimento de ações de capacitação e sensibilização de pessoal técnico e agricultores no Manejo Sustentável da Caatinga;
- Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Educação e Cultura, para distribuição nas escolas técnicas e universidades do material de sensibilização e capacitação do projeto;

- Acordo de Cooperação Técnica com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE -, para a incorporação da temática da desertificação nos seus projetos de desenvolvimento.

Capacitação Institucional e técnica:

- Foram realizadas reuniões nos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Paraíba e Ceará, contando com a participação das Secretarias de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Agricultura e Planejamento, visando à formulação de uma estratégia comum de atuação;
- Apoio para a elaboração do Plano Estadual de Combate à Desertificação dos Estados do Ceará e Bahia;
- Capacitação Técnica, com cursos de capacitação para técnicos em diferentes estados e diferentes níveis.

Outras Iniciativas:

- Workshop sobre Desertificação e Gênero, realizado em Recife em 15 e 16 setembro de 1998;
- Apoio à criação de Comissões Municipais de Meio Ambiente;
- Apoio para criação do Grupo de Estudos sobre a Desertificação em áreas afetadas por desertificação;
- Ações de sensibilização de agricultores;
- Apoio para os projetos de difusão de tecnologias alternativas de convivência com a seca;
- Apoio para o desenvolvimento de ações nos núcleos desertificados.

IV.3. Projetos diretamente ligados ao combate da desertificação

Alguns projetos desenvolvidos especificamente dentro do escopo do combate à desertificação merecem destaque:

- No Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA a Divisão de Desenvolvimento de Tecnologias Ambientais/DITAM promoveu na região do semi-árido brasileiro, o desenvolvimento de ações viabilizando o **Acesso e a Transferência de Tecnologias Ambientalmente Saudáveis**, com um volume de investimento nessa ação de R\$ 61.768,00. O Centro de Sensoriamento Remoto desenvolveu a **Aplicação de Geotecnologias** para estudo, mapeamento e avaliação da desertificação. As ações concentraram-se na busca de parcerias para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos trabalhos e na análise da demanda de informações geoespecializadas. Em 1997, foram elaborados os mapas de susceptibilidade e de ocorrência da desertificação. No mesmo ano o CNIA – Centro Nacional de Informação Ambiental elaborou o **Catálogo de Referências** de trabalhos de combate à desertificação.

- O Instituto Desert desenvolve ações de **Recuperação da Capacidade Produtiva nas Áreas Atingidas pela Seca e pelo Processo da Desertificação**, para tal estabelece parcerias com a SUDENE, com o Governo do Estado de Pernambuco, com a Universidade Federal do Piauí e com a sociedade. Para implementação de suas ações no ano de 2001 e 2002, contou com recursos do Governo de Pernambuco equivalentes a R\$ 1.200.000,00, além de recursos externos da ordem de US\$ 40.000,00 viabilizados pelo Mecanismo Global da CCD.

- A Fundação Grupo Esquel do Brasil – FGEB desenvolve três trabalhos. O primeiro em parceria com o UNEP/GEF, Natural Heritage Institute, a Universidade do Chile e a Secretaria de Meio Ambiente do México objetiva o desenho e o teste de um **Sistema de Indicadores e de Monitoramento da Desertificação**. O segundo e o terceiro, com a ASA – Articulação do Semi-Árido, referem-se ao **Projeto P1MC** citado abaixo e à **Criação do GT Desertificação**, este último objetivando contribuir na Rio +10 (Reunião de Cúpula de Johannesburgo - 2002) e na elaboração do **PAN – Programa de Ação Nacional**.

- Um outro programa baseado nos princípios da CCD da participação das populações e comunidades locais na conservação e gestão sustentada dos recursos naturais, tendo em vista a melhoria das condições de vida, é o **Programa de Aproveitamento das Águas de Chuva – Cisternas Rurais**, mais conhecido como **Programa Um Milhão de Cisternas – P1MC**. O Programa surgiu da reivindicação das ONGs nordestinas ao Ministério do Meio Ambiente, por ocasião da realização do Fórum paralelo à COP III, realizado em Recife – Brasil, no ano de 1999. O Programa busca garantir a 1 milhão de famílias rurais mais carentes da região semi-árida nordestina, a superação de suas carências de água potável, a partir principalmente da captação da água da chuva, além de treinar mão de obra local no ofício de pedreiro e de gestora de água. Tendo sido capitaneado pela Articulação do Semi-Árido – ASA, grupo que congrega aproximadamente 900 entidades, na sua maioria organizações de base comunitária (59%), sindicatos de trabalhadores rurais (21%), entidades ligadas às igrejas evangélicas e católicas (11%), ONGs (6%) e cooperativas de trabalho (3%) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, o Programa já construiu aproximadamente 8.000 cisternas e realizou aproximadamente 300 cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos e de Convivência com o Semi-Árido – GRH's desde o final do ano 2000.

IV.4. Resultados não alcançados – A reestruturação do PAN

Apesar de todos os esforços realizados e logros do projeto, um conjunto importante de resultados não foi alcançado reforçando as dificuldades de implementação das políticas públicas. Entre os maiores impasses estão a institucionalização, a incorporação do tema em outros ministérios e a impossibilidade de ampliação do teto orçamentário objetivando cobrir os gastos com prevenção, combate e recuperação de áreas sujeitas ao processo da desertificação.

Entre os resultados não alcançados podemos citar: a não criação de um mecanismo consultivo como planejado e mencionado na seção de estratégia; a não integração efetiva do PNCD com outros programas regionais e sub-regionais; a não inclusão do PNCD como área estratégica dentro do MMA, do Ministério do Planejamento, do Ministério da Integração, e outros órgãos setoriais.

Objetivando solucionar esses problemas o Ponto Focal está reestruturando e direcionando as atividades do antigo PNCD para o **Programa de Ação Nacional – PAN**. A responsabilidade da coordenação da implementação da CCD continua sendo da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente e, neste sentido, foi criado o **Grupo de Trabalho de Desertificação**, na Câmara Técnica de Análise de Projetos do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. Espera-se com a formação do GT garantir o acompanhamento sistemático das atividades do Ponto Focal, além da necessária colaboração na elaboração do PAN e na abertura de canais de comunicação com os diversos atores envolvidos no processo de implementação da CCD, do combate à desertificação e da mitigação dos efeitos da seca.

Também, na construção da **Agenda 21 Brasileira** que tem como objetivo definir uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o país, em parceria entre o governo e a sociedade, tem ocorrido consenso entre os diversos setores da sociedade. Houve uma série de propostas consensuadas nos debates estaduais sobre promoção de ações relativas às áreas degradadas e/ou em risco de desertificação que devem ser consideradas na atualização do PAN. A Agenda 21 Brasileira está para ser concluída esse ano.

Além disso, os esforços para financiamento de projetos de controle da desertificação resultaram no lançamento, em 2001, de um **edital de financiamento a projetos (Edital nº8) de combate à desertificação**, pelo Fundo Nacional de meio Ambiente – FNMA, da ordem de US\$ 500.000,00 anuais, com recursos provenientes do Governo Holandês. O objetivo é apoiar a melhoria de infra-estrutura para a geração de renda e a qualidade de vida da população, dando ênfase à difusão de informações, treinamento e desenvolvimento de políticas locais. O amparo financeiro a cada projeto varia de R\$30.000,00 a R\$150.000,00. Entre os projetos apoiados pelo FNMA na região semi-árida que se relacionam com conservação de solo e água, combate à pobreza, recuperação de áreas em processo de desertificação e manejo sustentável de recursos naturais podemos citar: **Programa de Educação Ambiental através do Radio** (CE), **Combate à Desertificação na Comunidade de Roço Salgado** (CE), **Elaboração da Agenda 21 de Assu** (RN), **Apoio a Iniciativas Locais Sustentáveis** (RN), **Isocaatinga/Zabelê** (PB), **Agenda 21 do Município de Araripina** (PE), **Educação para Preservação** (PI), **APA da Lagoa de Nazaré do Pauí** (PI) e **Educação para Preservação – Parque Nacional da Serra da Capivara** (PI).

Outra possibilidade de financiamento a projetos de pesquisa e desenvolvimento relacionado à desertificação é o **Fundo Setorial de Recursos Hídricos – CT-HIDRO** do Ministério de Ciência e Tecnologia, que definiu como uma de suas áreas prioritárias a sustentabilidade hídrica de regiões semi-áridas. É importante citar dentro do mesmo Ministério a ação da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos presente desde o início com o financiamento da Redesert – Rede de Informação e Documentação. Hoje no Programa Águas do Brasil na ação de fomento ao desenvolvimento de pesquisas sobre o processo da desertificação, essa instituição financia dois projetos: **Custos Ambientais da Desertificação no Semi-Árido Brasileiro** (R\$ 125.050,00) executado pela Fundação Joaquim Nabuco e **Avaliação das Tecnologias Atuais e Alternativas em Áreas em Processo de Desertificação** (R\$ 120.000,00) com a UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Foi lançado, em abril, o **Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural**, parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, o Banco Mundial e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Esse projeto pretende beneficiar, em três anos, cerca de 50 mil famílias de trabalhadores rurais pobres em 14 estados, especialmente, os do nordeste brasileiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Por fim, no que se refere à questão financeira, o Ponto Focal negociou com o Mecanismo Global durante o ano de 2001, recursos equivalentes a US\$ 100.000,00 para a elaboração do Programa de Ação Nacional – PAN.

IV.4.1 Parcerias na implementação do PAN

Como visto anteriormente o projeto BRA 93/036 - Elaboração da Política Nacional de Controle da Desertificação e Implementação de Ações Prioritárias - contou com a participação de importantes parceiros internacionais e nacionais, tais como o PNUD, a FAO regional, o escritório do PNUD/UNSO em Nova York, o Secretariado da Convenção,

a GTZ, o Banco do Nordeste, o Ministério da Educação, a SUDENE, o Centro de Pesquisa do Trópico Semi-Árido da EMBRAPA e a Fundação Joaquim Nabuco.

Além disso foi realizado um importante esforço junto aos Estados do Nordeste para estimular a elaboração de suas políticas estaduais e a implementação de outras ações. A esse respeito, podemos citar o apoio financeiro dado aos estados do Ceará e Bahia para a elaboração de seus Planos Estaduais de Controle da Desertificação e a realização do primeiro Curso de Extensão sobre Desertificação, com o apoio do Governo do Estado da Bahia. Também foi de grande relevância o apoio dado pelo governo de Estado do Pernambuco na realização da Terceira Conferência das Partes – COP III e na elaboração e implementação de sua Política de Combate da desertificação.

Todas essas ações anteriores possibilitam que importantes parcerias possam ser estabelecidas no combate à desertificação e que as ações mais recentes, como o apoio financeiro do Governo Holandês, a articulação de instituições no semi-árido nordestino através da ASA, a instituição do GT-Desertificação no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o apoio do Mecanismo Global da CCD, tenham seus resultados potencializados, propiciando um momento adequado à reestruturação do PAN. Vale ressaltar que o GT-Desertificação do CNRH já se reuniu uma primeira vez para tratar deste Informe Nacional 2002.

Um importante resultado dessa articulação foi a maciça contribuição ao Informe Nacional 2002 por parte de inúmeros órgãos, relacionados ao final desse documento, que desenvolvem ações que contribuem para o combate à desertificação, sejam elas na área de saúde, educação, geração de renda e ambiental. Esta iniciativa pode significar uma primeira aproximação para a formação de uma rede que poderá facilitar a implementação do PAN, sua integração com outros programas e projetos e a internalização dos conceitos da Convenção por outros órgãos.

IV.4.2 A retomada das ações nacionais de combate à desertificação

Os resultados e o estágio atual de implementação da Convenção e do Programa Nacional exigem novas estratégias e ações para garantir um conjunto consistente e efetivo de resultados de curto, médio e longo prazos. Os principais elementos dessa nova estratégia são os seguintes:

- **Coordenação das ações de controle da desertificação com as ações de combate aos efeitos da seca** - O Brasil dispõe de importante experiência no tratamento das questões relativas à seca. No entanto, essa experiência tem tido um enfoque emergencial mais forte do que um enfoque preventivo e de planejamento, tanto que sua vinculação institucional tem sido com a Defesa Civil. Adequar o enfoque da seca numa perspectiva econômica e ambiental deve ser prioridade para uma ação de governo consistente de longo prazo;
- **Coordenação das ações de controle da desertificação** com as ações e atividades resultantes dos consensos estaduais e regionais fruto dos debates já realizados, **que serão consolidadas na Agenda 21 Brasileira;**
- **Reorientação da atuação dos órgãos federais responsáveis pela implementação da Convenção** - Dada a necessidade de incorporar a temática da desertificação nas políticas públicas nacionais necessita-se das seguintes diretrizes:

- i) Conhecimento das ações desenvolvidas por órgão federais, estaduais e municipais, assim como por órgão de pesquisa e pelas organizações não-governamentais no escopo da CCD;
- ii) Harmonização das políticas públicas e parceria com as ONGs;
- iii) Elaboração de programas de desenvolvimento, treinamento e capacitação nos núcleos desertificados;
- iv) Estímulo aos estados e municípios à implementação de suas políticas de combate à desertificação;
- v) Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Região do semi-árido;
- vi) Estímulo ao financiamento de programas que colaborem com a preservação ambiental e com a contenção do processo da desertificação;
- vii) Análise econômica dos impactos da desertificação;
- viii) Utilização efetiva da incipiente rede institucional de combate à desertificação, para inter-relação dos atores envolvidos no processo;
- ix) Criação de um Sistema Nacional de Combate à Desertificação;
- x) Continuidade no estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais.

IV.5. Ações para o Desenvolvimento do Nordeste

Muitas ações e atividades vinham sendo implementadas na região do semi-árido nordestino, sujeita às secas periódicas, para o combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca. De especial importância foi a atuação da SUDENE, do Banco do Nordeste e de algumas instituições de pesquisa.

A necessidade de uma ação global que trouxesse soluções permanentes, capazes de reorganizar a economia da região, sofrida pelas secas que ocorreram na década de 50 - estiagens parciais em 1954 e 1956, e grandes secas em 1952 e 1958 – e que provocaram graves prejuízos à economia nordestina, motivou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 15 de novembro de 1959, por meio da Lei N.º 3.692.

Abaixo são apresentadas as principais ações de combate à desertificação e aos efeitos da seca, desenvolvidas no âmbito da antiga SUDENE - atual Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, pelo Banco do Nordeste – BNB, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, além de um elenco de programas e projetos que objetivaram a mitigação aos efeitos da seca regional.

IV.5.1 Ações de Combate à Desertificação

IV.5.1.1 Desenvolvidas pela SUDENE

A SUDENE esteve presente em todo o processo de negociação até a implementação da CCD. As iniciativas desenvolvidas pela instituição desde a preparação do relatório para a Conferência de Nairóbi até 1999 estão listadas abaixo:

- 1977 - Primeiro enfoque internacional sobre desertificação no Brasil - Prof. João de Vasconcelos Sobrinho (Nairóbi – Quênia);
- 1977 Em Recife, na SUDENE, após a reunião de Nairóbi, foi ministrada a primeira capacitação em desertificação;
- 1980 - SUDENE / CNPq/FINEP/UFPI - Fundação do Núcleo Desert (Núcleo de Pesquisa e Controle da Desertificação no Nordeste);
- 1982 - Publicação da obra: Processos de desertificação, sua gênese e sua contenção - João de Vasconcelos Sobrinho – SUDENE;
- 1986 - SUDENE/SEMA/UFPI – Elaboração de proposta de ação para estudos de desertificação no Nordeste envolvendo treinamento de equipes, discussão dos aspectos conceituais e estabelecimento de metas;
- 1987- SUDENE/SEMA/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - Seminário sobre Desertificação no Nordeste - Primeiro momento para socialização dos conhecimentos sobre desertificação;
- 1987 – SUDENE/UFPI - Instalação de estação experimental para controle da desertificação em Gilbués - PI. Ações de educação ambiental em áreas em processo de desertificação;
- 1992 – SUDENE / Instituto Desert – Recuperação de áreas em desertificação no Estado do Piauí;
- 1996 – Participação na Conferência Latino-Americana de Buenos Aires;
- 1998 – SUDENE/Instituto Desert – Zoneamento agroecológico do município de Gilbués – Piauí;
- 1998 – Estudo das potencialidades dos cerrados e Vale do Gurguéia – Piauí;
- 1999 - Montagem do Programa de Monitoramento Climático – PROCLIMA , através de convênio com o Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE e articulação com os núcleos meteorológicos estaduais;
- 1999 – SUDENE/FUNDHAM- Fundação Museu do Homem Americano (ONG) - Apoio ao Seminário sobre desertificação e desenvolvimento sustentável - (São Raimundo Nonato, 22 e 23 de outubro);
- 1999 – SUDENE/FUNDHAM- Fundação Museu do Homem Americano (ONG) - Apoio ao Seminário sobre desertificação e desenvolvimento sustentável - (São Raimundo Nonato, 22 e 23 de outubro);
- 1999 – Durante a COP 3 : apoio ao Fórum Paralelo das ONGs; montagem de um estande solidário; exposição e lançamento do livro “Viúvas da Seca”; participação na delegação brasileira;
- 1999 – CONVÊNIOS SUDENE/INSTITUTO DESERT – para a elaboração da contribuição ao relatório nacional – COP 4; Capacitação de equipes estaduais para elaboração de planos de convivência com a seca e combate à desertificação e Estudos complementares do zoneamento agroecológico de Gilbués – Piauí;
- 1999 – SUDENE/ Fundação Seridó (ONG) - Convênio para trabalhos de combate à desertificação, arqueologia e ecoturismo, na região do Seridó no Estado do Rio Grande Norte.

IV.5.1.2 Desenvolvidas pelo Banco do Nordeste - BNB

O Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Banco do Nordeste celebraram, em 26 de março de 1998, Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de apoiar o Plano Nacional de Combate à Desertificação - PNCD no nordeste do Brasil. O BNB concretizou seu apoio por meio das seguintes ações:

- Em seus Programas de Educação e Disseminação Ambiental realizou cursos, seminários, workshops etc., disponibilizando cerca de 1.900 oportunidades de treinamento na área ambiental, nas quais a questão da desertificação vem sendo tratada com destaque;
- Realizou seminários nos municípios de Russas (CE), João Câmara (RN), Arcoverde (PE) e Santa Luzia (PB) sobre o tema Manejo Florestal Sustentável, evidenciando a problemática da desertificação no Nordeste. Cada seminário contou com a participação de 50 técnicos envolvidos em atividades que podem contribuir com o combate à desertificação, além de aproximadamente 100 produtores/utilizadores de produtos florestais;
- Como forma de agilizar a disseminação do tema, o Banco patrocinou a realização de curso sobre a formação de Multiplicadores em São José do Mipibu (RN), envolvendo 15 profissionais do IBAMA, 22 funcionários do Banco do Nordeste e um representante do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. No primeiro semestre de 1999, a equipe de multiplicadores do Piauí chegou a promover três seminários e a equipe da Bahia realizou outros dois eventos;
- O assunto também tem sido abordado internamente por meio da Rede de Difusão Ambiental e das ações dos Grupos de Facilitadores de Meio Ambiente e de Agropecuária Orgânica, objetivando agilizar a multiplicação da temática junto às diversas unidades operacionais do Banco;
- Na área de negócios, procurando dispor de instrumentos de crédito para incentivo a empreendimentos de conservação ambiental, inclusive recuperação de áreas degradadas, o Banco criou o Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE VERDE), que objetiva financiar, com incentivos econômicos, itens de proteção ambiental e atividade de desenvolvimento sustentável com ênfase no uso racional do meio ambiente, sendo, portanto, um importantíssimo instrumento para combater à desertificação.

IV.5.1.3 Desenvolvidas pelas Instituições de Pesquisa

Algumas instituições somaram suas ações àquelas já desenvolvidas por outras, com o desenvolvimento de pesquisas de base e de tecnologias adaptadas à região, podendo-se citar:

- O **Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos** localizado em Sobral no Estado Ceará, que desenvolve tecnologias para a recuperação ecológica e econômica de áreas degradadas na região do semi-árido nordestino, fundamentados na produção silvopastoril e na implantação de unidades demonstrativas em parcerias com agricultores familiares.

Sua abrangência atinge todos os municípios afetados e que lutam pela mitigação dos efeitos da desertificação. Para viabilizar as ações desse programa, estão previstos investimentos para 2002 no valor de R\$ 13.650,00 e como fonte extra orçamentária, R\$ 51.000,00.

- A **EMBRAPA Solos** que desenvolve alternativas para a recuperação de áreas em processo de desertificação ou degradação, manejo e recuperação de solos, cobrindo toda a região do semi-árido. Esse projeto é desenvolvido em parceria com a sociedade e

demais segmentos interessados. O projeto **EMBRAPA Solos** dispõe de recursos federais da ordem de R\$ 22.249,32, para a sua implementação.

- A **Universidade Federal de Alagoas – UFAL** que é uma Instituição de Ensino Superior e Pesquisa, cujas ações estão diretamente afetadas ao processo de desertificação. A UFAL mantém parcerias com a SUDENE, SEHRI – Secretaria de Estado de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas e com Instituto de Desertificação – IDESERT. A sociedade é representada pelas lideranças comunitárias.

- A **Universidade Federal da Paraíba– UFPB** que através do Departamento de Engenharia Florestal tem fundamentado suas ações no ensino, com ênfase nas questões de vulnerabilidade peculiar do semi-árido nordestino.

IV.5.2 Ações de combate aos efeitos da seca

Hoje não está mais a cargo da SUDENE, mas desde sua criação essa instituição coordenou a execução das ações adotadas pelo Governo Federal para a mitigação dos efeitos das secas no Nordeste brasileiro e fortalecimento da economia regional. Os principais programas permanentes foram os seguintes:

- Polonordeste – Iniciado em 1974, defendia o desenvolvimento rural integrado de áreas-pólo, visando a transformação da agricultura tradicional em moderna economia de mercado.
- Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste - Criado em 1974, tinha como objetivo impulsionar e diversificar o complexo industrial agrícola nordestino.
- Projeto Sertanejo – Criado em 1976, buscava tornar viáveis, hídrica e economicamente, as propriedades rurais dos municípios freqüentemente atingidos pelas secas, tornando-as mais resistentes.
- Prohidro – O Programa de Fortalecimento da Infra-estrutura Hídrica do Nordeste foi criado em 1979 e visava preparar a Região, através da construção de mais pontos de água, para enfrentar o longo período de seca que começou em 1979 e terminou em 1983. O PROHIDRO durou até 1984.
- Programa São Vicente – Divulgando as vantagens e facilidades da organização, visava induzir pequenos produtores rurais a se associarem, para aumentarem sua produção, produtividade e renda.
- Programa Padre Cícero - Buscava dar maior oferta de água e de infra-estrutura produtiva às populações do semi-árido nordestino e permitir o convívio do homem com a estiagem.
- Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE – Iniciado em 1986, pretendia irrigar um milhão de hectares no Nordeste.
- Finor Irrigação – Parte integrante do PROINE, pretendia apoiar a irrigação privada para a produção de grãos, tubérculos e frutas. Não demorou, devido à falta de dotação orçamentária.
- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP – Buscava promover ações de desenvolvimento rural integrado, através de projetos comunitários, possibilitando ao pequeno produtor acesso aos meios de produção, tecnologia adequada e associativismo.

As ações emergenciais adotadas nos últimos 30 anos constaram basicamente da instalação de frentes de trabalho nas áreas atingidas pela seca, onde eram alistados os agricultores sem emprego e renda, que recebiam um salário do Governo Federal em troca do trabalho na construção de grandes obras, como a construção de açudes, pontes e estradas. Na década de 80, as frentes de emergência utilizaram os trabalhadores alistados para a realização de pequenas obras hídricas e de serviços de interesse da comunidade em áreas públicas, fortalecendo os pequenos aglomerados para resistir aos problemas da seca.

Em junho de 1998, o Governo Federal iniciou ações emergenciais para amenizar as consequências da forte estiagem que começou naquele ano, criando o **Programa Emergencial de Combate aos Efeitos da Seca**. O Programa tinha como objetivo prestar assistência às populações dos estados atingidos pela seca e, a exemplo da experiência vivida na seca de 1993, foram criadas comissões gerenciadoras em níveis federal (gestora), estadual e municipal, compostas de representantes dos poderes executivo, legislativo e judiciário, e da sociedade civil, através de federações e sindicatos de trabalhadores rurais, da igreja e de organizações não-governamentais.

Dentre as ações emergenciais adotadas através do Programa, destacamos as seguintes:

- **Programa Frentes Produtivas** – Com o objetivo de amparar as populações atingidas pela seca, foi criado um programa de renda mínima, no qual os trabalhadores alistados nas frentes produtivas recebiam cerca de US\$ 44,0/mês, em troca de três dias de trabalho por semana, na realização de obras e serviços necessários à comunidade, especialmente com relação à infra-estrutura hídrica e de saneamento. O número de trabalhadores assistidos pelo Programa chegou a 1.192.716 no mês de dezembro de 1998, distribuídos por 1.385 municípios, em 11 Estados da área de atuação da SUDENE, desde o Estado do Piauí até Norte do Espírito Santo;

- **Distribuição de Cestas de Alimentos** – Para atender à população carente nas áreas urbana e rural através da distribuição de uma cesta de alimentos por mês às famílias atingidas. De maio de 1998 a dezembro de 1999, foram distribuídas 21.203.862 cestas, garantindo assim a segurança alimentar das áreas afetadas pela seca;

- **Programa de Abastecimento d'Água** - Foi desenvolvido dentro de duas linhas de ação: distribuição de água através de carros-pipa e programa específico destinado à perfuração, instalação e recuperação de poços tubulares e instalação de dessalinizadores. O programa de distribuição de água através de carros-pipa foi gerenciado pelo Exército, tendo sido utilizados 1.099 carros-pipa em 481 municípios, na fase mais crítica da seca. O programa de poços foi coordenado através de um grupo de trabalho composto por representantes dos Ministérios do Planejamento, da Saúde e do Meio Ambiente, tendo sido realizadas mais de quatro mil obras, beneficiando 829 municípios e cerca de 800 mil pessoas;

- **Programa de Alfabetização e Capacitação** – Além da alfabetização de jovens e adultos, objetivou oferecer nova concepção de convivência com a seca, orientando os alfabetizados em técnicas e informações agrícolas, conforme os assuntos das cartilhas utilizadas, que abordavam o manejo de cisternas, alimentação alternativa no semi-árido, manejo do rebanho, potencialidades da vegetação nativa, conservação de forragens, a chuva e a seca no sertão, como também, de educação ambiental e saúde preventiva. Destaca-se como inovação uma profícua parceria com as ONGs estaduais. Os resultados são muito positivos, tendo sido iniciada a alfabetização de 386.677 e capacitação de 210.881 pessoas;

- **Frentes Ecológicas** – Foram frentes produtivas voltadas para a educação ambiental e para atividades de conservação e recuperação do meio ambiente e ecoturismo. Atuaram basicamente no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), onde, pela primeira vez em dez anos, não houve incêndios em época de seca. Ao gerar emprego e renda para a população atingida pela estiagem, as frentes ecológicas contribuíram para a redução de ações predatórias dos ecossistemas locais;

- **Frentes Culturais** – Tiveram por objetivo manter o dinamismo da economia nordestina no setor de artesanato, através da promoção da cultura regional nos principais centros do País. Após o treinamento dos artesãos e da criação de oficinas, esperou-se ampliar o nível de emprego nas áreas atingidas, com o incremento da comercialização;

- **Disque Teleconferências** – Visando garantir a transparência do Programa e a participação da população, foi criada uma central de atendimento – o Disque-Seca – para esclarecer dúvidas e receber denúncias, com discagem gratuita. Foram realizadas também várias teleconferências – reuniões com transmissão por canal exclusivo de TV – com as Comissões Municipais e Estaduais, órgãos governamentais e população em geral, para avaliar e acompanhar os resultados do Programa e prestar informações sobre as ações desenvolvidas. Pessoas interessadas no assunto telefonavam apresentando seus questionamentos e as respostas eram dadas ao vivo, podendo as imagens ser captadas em todos os municípios envolvidos;

- **Linha de Crédito do Banco do Nordeste** – Através do Banco do Nordeste, foram disponibilizados R\$ 450 milhões para os produtores rurais, cujos empreendimentos estivessem localizados nas áreas afetadas pela estiagem. O objetivo era atenuar os efeitos da estiagem através do fortalecimento da infra-estrutura hídrica, formação de reservas estratégicas para alimentação animal e produção de alimentos para consumo humano e animal. Do total liberado, 59% foram direcionados a ações de investimento nas propriedades rurais e 41% a atividades de custeio, visando principalmente a alimentação dos rebanhos.

Dentro de uma visão de ações de desenvolvimento local, integrado e sustentável e como desdobramento dos problemas advindos da seca 1998/2000 e também em função do relatório produzido pelo PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e pela Fundação João Pinheiro (que tornou evidentes os baixos índices de desenvolvimento humano observados na Região Nordeste, notadamente no semi-árido), surgiu o **Programa Regional de Desenvolvimento Local Sustentável**. O Projeto-Piloto, iniciado em setembro de 1999, teve como eixo a implementação de uma metodologia de desenvolvimento local sustentável, realizada em 33 municípios nos 11 Estados de atuação da SUDENE. A metodologia adotada previu procedimentos capazes de estimular a participação e o engajamento cooperativo do poder público, das empresas e organizações da sociedade civil e a elaboração de projetos e planos municipais para o desenvolvimento local sustentável.

Somado aos esforços da SUDENE, em 2001 o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA passou a coordenar a **Comissão Setorial Extraordinária de Convívio com a Seca e Inclusão Social**, já citada anteriormente, como estratégia do Governo Federal para antecipar-se ao agravamento da estiagem. Nessa iniciativa existem medidas emergenciais (carros pipas, cestas de alimentos), medidas transitórias (bolsa renda, merenda férias) e medidas permanentes (seguro renda, bolsa escola, recomeço, bolsa alimentação, saúde família, saneamento básico, farmácia básica, combate à carência nutricional). Podem-se ainda relacionar ações na área de recursos hídricos (ações de infra-estrutura hídrica no semi-árido, água na escola, abastecimento de água às comunidades) e ações de previdência e assistência social (agente jovem, erradicação do trabalho infantil, pronager, previdência rural, benefício de prestação continuada). Os projetos citados estão estruturados de tal forma que possibilite agilidade em situações de emergência.

IV.6. Status da implementação da Convenção nos Estados

Os Estados do Nordeste estão em diferentes níveis no que diz respeito à implementação das ações de combate à desertificação. Contudo, as iniciativas estaduais ainda se acham muito heterogêneas como podemos constatar no quadro abaixo, considerando diferentes indicadores.

Ações de implementação da convenção em nível sub-regional (Estados)

Temas	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Política Estadual	S	S	S	S	S	S	S	S
Plano Estadual	N	S	N	N	N	N	N	N
Coordenação Estadual	N	S	N	N	S	N	N	S
Vinculação Institucional*	SEMA R	SEMACE	IDEMA	SUDEMA	SECTM A	SERH I	ADEMA	SEPLANTE C
Equipe Técnica	N	S	N	-	S	N	N	N
Programas	N	S	N	S	S	-	N	S
Projetos	N	S	S	S	S	S	N	S
Recursos Orçamentários	N	S	N	N	S	N	N	-
Recursos Aplicados	N	N	N	S	N	N	N	S
Participação/ONG	N	S	S	S	S	-	N	-
Participação/Gênero	N	S	S	N	S	N	N	-
Financiamento Externo	N	N	N	N	S	N	N	-
Ação Municipal	N	N	N	N	N	S	N	-
Sistema de Alerta	N	S	N	N	N	N	N	N
Avaliação	N	N	N	N	N	N	N	N

S = Sim / N = Não

*Vínculos Institucionais:

Piauí (PI) – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR

Ceará (CE) – Superintendência Estadual de Meio Ambiente – SEMACE

Rio Grande do Norte (RN) – Instituto de Desenvolvimento do Meio Ambiente – IDEMA

Paraíba (PB) – Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA

Pernambuco (PE) – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA

Alagoas (AL) – Secretaria de Recursos Hídricos e Irrigação – SERHI

Sergipe (SE) – Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA

Bahia (BA) – Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC.

O quadro anterior mostra que a implementação da Convenção nos estados da região afetada pela desertificação vem sendo procedida através de programas e projetos isolados. Do ponto de vista institucional, constata-se que as ações encontram-se em fase inicial, requerendo apoio decisivo por parte das instituições federais, bem como de organismos internacionais.

Especialmente em Pernambuco, a Política Estadual de Controle da Desertificação foi instituída e está sendo implementada pelo Governo do Estado, e visa alcançar o desenvolvimento sustentável nas áreas sujeitas à seca e à desertificação. Com essa política instituída, viabilizou-se a implantação de 17 módulos de combate à desertificação e convivência com a seca em 09 municípios do semi-árido pernambucano. Encontram em desenvolvimento a construção de 293 cisternas de placa, a perfuração de 07 poços

tubulares, 05 poços amazonas e 382 sanitários com fossa seca, a Implantação de 415 aviários e 46 apiários, a realização de 28 cursos de capacitação para professores e 21 treinamentos para produtores em técnicas produtivas, sendo beneficiadas um total de 480 famílias. O volume de investimento realizado tem-se dado através das parcerias realizadas com os governos estadual e federal.

IV.7. Aspectos Legais

A formulação das políticas estaduais de combate à desertificação foi a manifestação dos estados em prol da continuidade à elaboração das Diretrizes para a Política de Controle da Desertificação. O estado de Pernambuco formulou sua política em 1999 e os estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba o fizeram em 2000. A institucionalização da política de controle da desertificação como podemos constatar no exemplo de Pernambuco, facilita a obtenção de recursos, a cooperação e o estabelecimento de parcerias. Os municípios de Irauçuba do Ceará e de Araripina em Pernambuco, também elaboraram suas políticas de controle.

Esforço considerável tem sido despendido também por parlamentares desde 1999, a exemplo do Deputado Paes Landim que acompanhou algumas reuniões internacionais, e dos Deputados Inácio Arruda, Wellington Dias e Waldir Pires, que apresentaram, respectivamente, os projetos de lei abaixo relacionados e em tramitação do Congresso Nacional.

- PL – Complementar 57/99 de Criação do Fundo Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação que já foi aprovado na Comissão de Agricultura, Meio Ambiente e Minorias;
- PL – 1114/99 de Instituição do Programa Permanente de Convivência com o semi-árido que também já foi aprovado na Comissão de Agricultura, Meio Ambiente e Minorias;
- PL – 2238/99 de Instituição do Programa Permanente de Combate à seca – PRO-SECA que foi aprovado na Comissão de Minas e Energia, desenvolvimento Urbano e Constituição de Justiça.

Apesar da notável base legal referente à questão ambiental existente no Brasil, ainda é necessária harmonização para torná-la mais efetiva. Um outro aspecto importante de se ressaltar refere-se a questão do desenvolvimento de um arcabouço institucional e da prática da gestão ambiental participativa, capazes de implementar as políticas ambientais de forma sustentável e contínua.

V. Processo Participativo de Suporte à Preparação e Implementação de Programas de Ação

A partir de 1996, quando o Projeto começou a dispor de recursos para sua nova tarefa, havia uma situação de desconhecimento por parte da sociedade em relação ao tema da desertificação. Decidiu-se então estabelecer duas vertentes de trabalho: a) desenvolvimento de um processo de capacitação e sensibilização em relação ao assunto e b) estabelecimento do processo de elaboração da primeira versão do Plano Nacional.

Neste sentido, realizaram-se ações referenciais nos quatro núcleos de desertificação com os seguintes objetivos: 1) buscar a metodologia participativa mais adequada para ser utilizada na fase de discussão do Plano Nacional; 2) começar a

realizar ações práticas nas áreas mais afetadas; 3) estabelecer recomendações para o combate à desertificação em cada núcleo.

Para isso, foi empreendido um processo de mobilização nos núcleos, envolvendo diversos atores sociais, e foram criados grupos multi-institucionais que, ao mesmo tempo, deveriam sensibilizar a sociedade local, capacitar seus membros, propor e conduzir projetos específicos. Assim aconteceu com o Grupo de Desertificação no Seridó (RN) - GEDS - e o Fórum de Meio Ambiente do Sub-Médio São Francisco.

A sensibilização e a capacitação foram trabalhadas utilizando-se diversos mecanismos. Apesar de os resultados, em muitos casos, terem um caráter subjetivo, é possível aventar a existência de um ambiente mais propício para tratar do tema no Brasil. Além dos seminários, cursos e eventos comemorativos realizados, foi elaborado material didático e de sensibilização, buscando utilizar vários veículos de comunicação e atingir desde o público acadêmico até os produtores rurais. Neste material, há uma versão em português da Convenção de Combate à Desertificação.

Houve distribuição de 2.000 unidades do material institucional, designado de kit sobre desertificação, entre representantes de universidades e escolas técnicas das áreas afetadas, além das ONGs, órgãos públicos e organizações comunitárias de base e multilaterais. De fato, ainda falta material mais direcionado para o pequeno produtor do semi-árido, sendo que o primeiro passo já foi dado com a elaboração de uma cartilha específica para este público. Além disso, o material enviado pela Convenção e as principais informações sobre o que aconteceu em seu âmbito nos últimos três anos, foram repassados por meio de um periódico da Fundação Esquel, o Infoesquel, contribuindo para manter a dinâmica do processo de divulgação.

A comemoração do Dia Mundial de Combate à Desertificação no Brasil foi tomada como referência para o lançamento de alguns produtos, assim como para o desenvolvimento de outras atividades, buscando sempre atingir os núcleos e ocupar espaço na mídia, como segue:

- 1996 – inauguração do site da Rede de Informação e Documentação sobre Desertificação – REDESERT;
- 1997 - lançamento dos mapas de ocorrência e susceptibilidade e do documento da Política Nacional de Controle da Desertificação;
- 1998 - CD-ROM e catálogo bibliográfico sobre desertificação, além da avaliação sobre tecnologias de convivência com a seca e manejo sustentável no semi-árido;
- 1999 – lançamento de folder e de literatura de cordel relacionado ao tema de gênero e desertificação durante as comemorações realizadas em Brasília, Recife, Teresina, Seridó, Sub-Médio São Francisco;
- 2001 – Carta enviada aos parlamentares dos estados susceptíveis ao processo da desertificação pondo a disposição os serviços do Ponto Focal e incentivando pronunciamentos por ocasião da referida data. A iniciativa foi inclusive referenciada em Boletim da UNCCD.

O processo de elaboração, discussão e aprovação da Política Nacional de Controle da Desertificação, também foi uma atividade de capacitação e sensibilização, já que envolveu as organizações relacionadas com a questão ambiental no Brasil, especialmente no semi-árido nordestino. A Política Nacional de Controle da Desertificação foi discutida, em um primeiro momento, com organizações ligadas ao Ministério do Meio Ambiente, como o IBAMA e com a Secretaria de Recursos Hídricos e, em seguida, apresentada ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.

Leis municipais já aprovadas ou em processo de discussão, relativas ao combate à desertificação e proteção ao meio ambiente, e o registro de um maior número de pesquisas, dissertações e teses relacionadas ao tema, podem ser relacionadas como um

indicador de repercussão das ações empreendidas junto a alguns setores específicos. Importante ressaltar o processo participativo na elaboração das Políticas Estaduais e Municipais de Combate da Desertificação.

Dos contatos e reuniões com o setor ambiental dos oito estados afetados pelo fenômeno, saíram produtos como: a) curso para técnicos do Estado da Bahia; b) planos estaduais do Ceará, Bahia e a política estadual de Pernambuco, onde está adiantada a inclusão do combate à desertificação nas políticas públicas; c) treinamento de técnicos do Banco do Nordeste e do IBAMA para o Projeto PNUD Desenvolvimento Florestal do Nordeste.

Acordos e convênios nacionais e regionais foram estabelecidos, tendo produtos que servem de base para a elaboração e implementação do Plano Nacional, como segue: a) acordo com o Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA para desenvolvimento de metodologia de identificação de áreas em processo de desertificação e auxílio para a elaboração dos diagnósticos físico-ambientais; e b) projeto de cooperação com a EMBRAPA-Solos para desenvolvimento de metodologia de monitoramento de áreas desertificadas, a ser realizado no Seridó (RN).

A questão de gênero, além de ter sido discutida no Dia Mundial de Combate à Desertificação em 1999, foi tratada em duas oficinas de trabalho nacionais e um seminário internacional. Os dois eventos nacionais produziram uma série de propostas a serem incorporadas ao Plano Nacional. O encontro internacional, realizado durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção Internacional de Combate à Desertificação – COP 3, serviu para integrar a Comissão sobre Desertificação do Projeto, formada pela FUNDAJ, Cooperativa COMPLETA e o GEDS às discussões estratégicas sobre o tema que vêm sendo desenvolvidas pela Convenção.

No que diz respeito ao processo de articulação e divulgação, é importante pontuar a atuação da REDESERT que, sob diferentes aspectos, ofereceu, no período em que esteve em funcionamento, contribuições ao combate à desertificação. A primeira fase da REDESERT teve como objetivo consolidar as parcerias, promovendo eventos e incentivando as discussões entre as instituições partícipes. Além disso, foram disponibilizados recursos para a compra e instalação de equipamento de informática e treinamento de estagiários, através de convênio com a FINEP.

Com relação a COP III ressaltar-se o intenso processo preparatório que envolveu o setor governamental, universidades, ONGs e OCBs. As atividades e a cobertura maciça da imprensa, evidenciaram a conferência no cenário nacional, ajudando na sensibilização e no envolvimento das entidades responsáveis.

O Fórum Paralelo da Sociedade Civil, durante a COP 3, reuniu setores acadêmicos, prefeituras e mais de 140 ONGs e OCBs, constituindo, também, um importante momento para a participação e integração dos atores nacionais do combate à desertificação.

Para realização do Informe Nacional de 2000 o Ponto Focal recebeu a contribuição do Ministério da Integração Nacional, por meio da SUDENE. Aquele documento serviu como importante subsídio para elaboração desse Informe 2002.

Em 2001 foi realizado curso pelo FNMA destinado capacitar os interessados na apresentação de projetos de combate à desertificação àquele órgão, quando do lançamento do seu Edital 08/2001.

Finalmente, cabe salientar a ambiência propícia ao estabelecimento de parcerias entre o governo e diversas entidades atuantes no combate à desertificação, entre as quais pode-se mencionar a Articulação do Semi-Árido – ASA.

VI. Processo Consultivo de Suporte à Preparação e à Implementação de Programas de Ação Nacional

Foi estabelecido um processo consultivo para a elaboração do Plano de Ação Nacional com a criação do Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Análise de Projetos – CTAP no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O Grupo de Trabalho é composto por cinco (5) dos treze (13) representantes da Câmara Técnica e poderá convidar outras instituições para participarem das suas reuniões e tarefas. Os atuais componentes são os representantes da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Agência Nacional de Água - ANA, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco e da Confederação Nacional da Agricultura. O GT pretende convidar ainda um representante das ONG's do Nordeste, do IBAMA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e mais um representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Outra forma de consulta que deu subsídio a preparação deste documento foi a elaboração de questionários enviados a mais de cinquenta instituições que participam de alguma forma de ações com interface ao combate à desertificação. Uma outra do Ponto Focal é estabelecer maior contato com os atores do combate à desertificação através de uma lista de discussão e, futuramente, de um sistema de informações sobre desertificação.

VII. Acordo de Parcerias com Países Partes Desenvolvidos e Outras Entidades Interessadas

O Brasil tem contado com parceiros de todos os setores, inclusive internacionais. O Fundo para a Alimentação e Agricultura - FAO - apoiou as atividades nos núcleos de desertificação, assim como a Organização das Nações Unidas para a Desertificação - UNSO - deu apoio técnico e financeiro para as atividades relativas a gênero e ao mecanismo de financiamento. O Secretariado da Convenção sempre apoiou o projeto. O Governo Holandês se propôs a apoiar projetos de combate a desertificação através do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA. O Mecanismo Global tem ajudado com fundos para reestruturação do Programa de Ação Nacional e abertura de financiamento pelo GEF (em negociação com o Projeto Dom Helder Câmara). As ONGs atuam na divulgação das ações, na apresentação de projetos, na implementação desses projetos e no processo consultivo estabelecido com o Ponto Focal com a criação do Grupo de Trabalho.

VIII. Medidas Tomadas ou Planejadas dentro da Estrutura do Programa de Ação Nacional

O Programa de Ação Nacional – PAN a ser estruturado até o final de 2002 é resultante da necessidade de uma nova etapa no processo de implementação da CCD, e dá continuidade às atividades do Projeto 93/036 anteriormente citado, em consonância com a orientação atual da política brasileira.

As Diretrizes para a Política de Controle da Desertificação no Brasil indicam que para elaboração do plano nacional, visando articular e organizar as ações regionais contra a desertificação, é necessário adotar os seguintes componentes estratégicos: fortalecimento e interação institucional; fortalecimento da comunicação e fluxo de informação sobre desertificação; capacitação gerencial e técnica de pessoal em gestão de recursos naturais em áreas sujeitas à desertificação; conscientização e sensibilização dos atores do desenvolvimento sustentável em áreas sujeitas a risco de desertificação; criação de uma capacidade operacional de controle da desertificação em nível local;

elaboração de estratégias de monitoramento, prevenção e recuperação da desertificação e definição de projetos e ações prioritárias. Desta forma, em harmonia com as Diretrizes, o Ponto Focal Nacional tem se utilizado de algumas atividades, entre elas a própria elaboração do Informe Nacional, considerando-as subsídios para a estruturação do PAN e visando fortalecer a organização institucional e repassar as orientações da CCD aos programas e projetos pertinentes do governo, assim como, obter subsídios de todas essas instâncias para a elaboração de um programa concernente em resposta às necessidades daqueles que colaboram para o desenvolvimento sustentável da região semi-árida.

Os estudos e práticas realizados dentro do escopo do projeto BRA 93/036 servem de base à próxima etapa, salientando o fato de que alguns resultados deverão ser atualizados e ampliados, tais como a elaboração do mapa de ocorrência para nova etapa de monitoramento e avaliação; a reorganização de referências pertinentes, para aumentar o conhecimento sobre desertificação e a reativação de um sistema de informações, que cumpra seu papel de organizador e disseminador de informações.

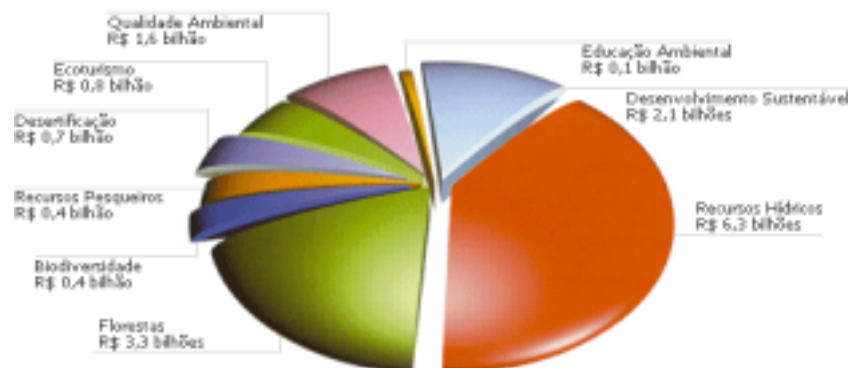
Para colaborar com a conservação dos recursos naturais, fortalecer o ambiente econômico e aumentar os conhecimentos sobre desertificação, a nova estruturação pretende utilizar-se dos fundos de financiamento de projetos como aqueles provenientes do Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA e do Fundo Setorial de Recursos Hídricos – CT-HIDRO, dentre outros.

IX. Recursos Financeiros Alocados

Sob o título “Meio Ambiente”, o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento para o período 2000-2007 – Estudo que serviu de base para a Elaboração do Plano Plurianual Avança Brasil - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, afirma que o desenvolvimento sustentável exige a conservação dos recursos naturais e a melhoria das condições do meio ambiente e que os investimentos indicativos para o período, na área ambiental, somam um montante de R\$ 15,7 bilhões. Afirma também que a preocupação ambiental está presente em todos os empreendimentos voltados para o desenvolvimento social e para a infra-estrutura econômica. Objetiva-se incorporar a variável “meio ambiente” na concepção dos projetos e não apenas procurar reduzir os efeitos nocivos das obras em construção ou já implantadas, embora não destacando os procedimentos para tal. Os recursos estão assim distribuídos:

1. Recursos Hídricos - R\$ 6,3 bilhões;
2. Florestas - R\$ 3,3 bilhões;
3. Desenvolvimento Sustentável - R\$ 2,1 bilhões;
4. Qualidade Ambiental - R\$ 1,6 bilhão;
5. Ecoturismo - R\$ 0,8 bilhão;
6. **Desertificação - R\$ 0,7 bilhão;**
7. Recursos Pesqueiros - R\$ 0,4 bilhão;
8. Biodiversidade - R\$ 0,4 bilhão; e
9. Educação Ambiental - R\$ 0,1 bilhão.





O mencionado

Estudo, ao se referir à Região Nordeste, indica que o grande desafio está relacionado ao combate à pobreza e que os indicadores sociais desfavoráveis e o grave problema da falta de água exigem um esforço redobrado para superar as desigualdades regionais. Para tanto, o Governo Federal prevê, para este período, um investimento público e privado da ordem de R\$ 66,1 bilhões distribuídos nas seguintes áreas:

1. Informação e Conhecimento - R\$ 0,4 bilhão;
2. Desenvolvimento Social - R\$ 33,0 bilhões;
3. Meio Ambiente - R\$ 2,3 bilhões; e
4. Infra-Estrutura Econômica - R\$ 30,4 bilhões.

Cabe destacar que, sob o título de Gestão Ambiental, o Orçamento Geral da União trata a questão em duas áreas: recursos hídricos e meio ambiente. Para as ações previstas em "Recursos Hídricos", a proposta informa que "a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, especialmente no Nordeste, vai nortear a ação do Governo na área de recursos hídricos."

Para as ações de "Meio Ambiente", a proposta informa que "a visão sistêmica do meio ambiente está presente nos programas Nossos Rios e Pantanal,... O objetivo dos programas é promover o desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas." Entende-se que a visão mais moderna da análise ambiental utilizando como unidade territorial a bacia hidrográfica, reflete melhor os desdobramentos da dinâmica do meio físico-biótico no planejamento ambiental, justificando a ênfase dada aos limites geográficos das redes de drenagem. Ainda mais, os cursos de água acabam sendo o "espelho" do que ocorre na bacia hidrográfica, justificando a estrutura programática do Orçamento Federal. Para os anos 2000, 2001 e 2002 as dotações orçamentárias foram as seguintes:

Programa PPA 2000-2003	Dotação LOA/Previsto 2000 (R\$ x 1.000.000)	Dotação LOA/Previsto 2001 (R\$ x 1.000.000)	Dotação LOA/Previsto 2002 (R\$ x 1.000.000)
Proágua Infra-estrutura	932,9	1.118,8	1.344,9
Irrigação e Drenagem	397,3	458,2	328,1
Transposição das Águas do São Francisco	39,8	197,7	5,8
Qualidade Ambiental	51,9	117,2	217,7
Florestas Sustentáveis	30,1	33,9	34,37
Nossos Rios: São Francisco	11,0	12,6	36,6
Proágua Gestão	80,7	135,6	49,1

Total	1.542,7	2.074	2.016,57
-------	---------	-------	----------

É importante que os atores sociais envolvidos com o assunto não apenas se mobilizem para melhor aplicar o orçamento federal destinado aos recursos hídricos em prol da causa da desertificação, como também, se mobilizem no sentido de participarem dos fóruns de recursos hídricos e meio ambiente. Devem ressaltar a importância da visão sistêmica da bacia hidrográfica e o benéfico reflexo do combate à desertificação na qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Dessa forma torna-se da maior importância a participação nos Conselhos de Meio Ambiente, nos Comitês de Bacias Hidrográficas e demais fóruns ambientais do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA e no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.

X. Revisão de Benchmarks e Indicadores Utilizados para Medir o Progresso e uma Auto-Avaliação

Dentre as atividades desenvolvidas pelo projeto BRA 93/036, foi realizado esforço de adaptação da metodologia desenvolvida pelo Secretariado da Convenção para a avaliação da implementação da Convenção, os chamados Benchmarks e Indicadores de implementação.

A metodologia adaptada não foi, todavia, aplicada, a não ser em seus aspectos de "participação da sociedade civil", em relação a qual foram enviados questionários a diversas entidades, particularmente àquelas que tiveram trabalhos desenvolvidos em conjunto com o PNCD. Esses questionários foram posteriormente utilizados pelo PNUD e ABC para avaliação do projeto.

O Ponto Focal Nacional considera importante a reativação desses estudos para dar continuidade à avaliação e monitoramento da implementação da CCD.

XI. Conclusões

- É evidente o esforço do governo brasileiro na implementação de programas permanentes no semi-árido nordestino, contudo a necessidade de projetos emergenciais ainda é muito forte perante a necessidade mitigação dos efeitos da seca;
- As ONGs têm conseguido um padrão organizacional que possibilita parceria definitiva em auxílio à comunidade de base;
- A elaboração deste relatório permitiu constatar que a eficiência das ações de implementação da Convenção no Brasil passa necessariamente pela consolidação de um sistema de consulta nacional de caráter permanente composta pelos diferentes setores do Governo e da sociedade civil organizada;
- Constatou-se também a necessidade de alocação de recursos financeiros adicionais, nacionais e internacionais, para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos pela Convenção e pelo PAN;
- Convém admitir que a grande maioria dos municípios brasileiros enfrenta dificuldades para exercer novas e crescentes funções de planejamento, gestão do desenvolvimento e condução de políticas públicas, com eficácia e justiça social;
- Conclui-se, finalmente que o rumo para a implementação da Convenção no Brasil está traçado. Falta um esforço para finalizar a reestruturação do Programa de Ação Nacional e o processo de consulta nacional, voltado para a identificação de novas estratégias de participação da sociedade, com vistas ao estabelecimento de

condições adequadas para sua implementação, em nível institucional, humano e financeiro. Esforço similar deve continuar a ser feito para os processos de institucionalização e harmonização de políticas públicas.

XII. Referências

- SRH/MMA. Informe Nacional Brasileiro de 2000.
- SRH/MMA. Resumo Executivo do Informe Nacional de 2000.
- SUDENE. Contribuição ao Relatório Nacional sobre a Implementação da Convenção Mundial de Combate à Desertificação. 2000.
- Nascimento, Nádima de Macedo Paiva. Desertificação na América Latina: dificuldades de implementação de políticas públicas. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2002.
- Serviram também de referência os questionários enviados e as visitas às instituições relacionadas abaixo:
 1. ASA - Articulação do Semi-Árido
 2. FGEB - Fundação Grupo Esquel
 3. Cáritas Brasileira
 4. Projeto Dom Helder Câmara
 5. Fundação Joaquim Nabuco
 6. Instituto Desert
 7. CPT Nacional – Comissão Pastoral da terra
 8. GTZ – Cooperação Técnica Alemã
 9. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA
 10. Ministério da Educação – MEC
 11. Ministério da Saúde - MS
 12. Ministério do Meio Ambiente – MMA
 13. Ministério de Integração Nacional – MI
 14. Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT
 15. FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – MCT
 16. CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – MCT
 17. CSR – Centro de Sensoriamento Remoto – IBAMA/MMA
 18. ANA - Agência Nacional de Águas - MMA
 19. IPEA – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – MPO
 20. CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - MI
 21. EMBRAPA Semi-Árido – Ministério da Agricultura - MA
 22. EMBRAPA Meio Norte– Ministério da Agricultura - MA
 23. EMBRAPA Solos – CNPS– Ministério da Agricultura - MA
 24. EMBRAPA Caprinos– Ministério da Agricultura - MA
 25. EMBRAPA Piauí– Ministério da Agricultura - MA
 26. Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte
 27. Universidade Federal do Estado de Sergipe
 28. Universidade Federal do Estado da Bahia

29. Universidade Federal do Estado do Ceará
30. Universidade Federal do Estado do Espírito Santo
31. Universidade Federal do Estado da Paraíba
32. Universidade Federal do Estado de Alagoas
33. Universidade Federal do Estado de Pernambuco
34. Universidade Federal do Estado do Piauí
35. Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas
36. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia
37. Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
38. Secretaria de Planejamento do Estado do Espírito Santo
39. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais
40. Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e Minerais do Estado da Paraíba
41. Secretaria de Planejamento do Estado do Piauí
42. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado de Pernambuco
43. Secretaria de Planejamento e Finanças do Estado do Rio Grande do Norte
44. Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe
45. Administração Estadual do Meio Ambiente do Estado de SE
46. Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará

Instituições com as quais foram realizadas reuniões e entregues em mão o questionário:

1. MMA – Ministério do Meio ambiente - Francisca Menezes
2. ANA – Agência Nacional de Águas – MMA - Joaquim Gondim / Dalvino Troccoli
3. IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – MMA - Edgar Fagundes/ Miriam Laila Absy
4. MS – Ministério da Saúde - Denise Costa Coitinho / Ângela Peroco
5. MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário - Reinaldo Pena Lopes
6. MEC – Ministério da Educação e Cultura - Floriano Pesaro /Regina Esteves / Rosilea Ville
7. MI - Ministério da Integração Nacional – Sebastião Jander de Siqueira/Demétrius/Eldan Veloso
8. CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – MI - Rui de Carvalho Junqueira
9. MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia - Lélío Fellows Filho/ João Evangelista / Fernando André
10. MPO – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Luis Gustavo Vieira Martins / Eduardo Magalhães Lordello

Também foram enviados e-mails aos Deputados Federais dos Estados que possuem áreas susceptíveis ao processo de desertificação, solicitando informações sobre os Projetos de Lei relacionados ao tema que tramitam no Congresso Nacional.